

**VII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DO TRABALHO**

**O TRABALHO NO SÉCULO XXI. MUDANÇAS, IMPACTOS E  
PERSPECTIVAS**

GT 15 - Conflictividad laboral, sindicalismo y movimientos sociales en América Latina  
en el siglo XXI

**O MOVIMENTO SINDICAL DE TRABALHADORES RURAIS E A QUESTÃO  
SOCIOAMBIENTAL**

Tarcísio Augusto Alves da Silva

Luiz Felipe Soares

## **O MOVIMENTO SINDICAL DE TRABALHADORES RURAIS E A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

### **RESUMO**

O presente trabalho discute as ações do sindicalismo de trabalhadores rurais do Estado de Pernambuco relacionadas às questões socioambientais. Apresenta-se inicialmente uma análise sobre a crise do sindicalismo rural no Brasil, a representatividade sindical no campo e posteriormente são analisados os impactos da reestruturação produtiva do capital na organização dos trabalhadores rurais. Ao mesmo tempo, procuramos evidenciar como as recentes preocupações ambientais têm sido internalizadas pelo movimento de modo a intervir em antigas bandeiras de luta da FETAPE (Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Pernambuco) Portanto, o intuito do trabalho é analisar como a temática ambiental se incorpora na FETAPE e quais as consequências desse processo à prática dessa instituição.

**Palavras-chave:** Ambientalização. Ação sindical. Sindicalismo rural.

No final do século XX as preocupações com o meio ambiente assumem uma posição privilegiada na agenda de discussão pública. Governos e a sociedade civil, como um todo, tendem a dar maior atenção em suas ações ao fato de que uma crise ambiental, sem precedentes, instaurou-se e compromete a manutenção da vida no planeta. Dessa forma, o Estado, os movimentos sociais, as empresas e as escolas tendem a ambientalizar suas práticas de maneira a repudiar ou apoiar diferentes atividades como benígnas ou danosas ao meio ambiente. O movimento de trabalhadores rurais não passa incólume a esse fenômeno. Ultrapassado o período em que, para alguns analistas, o “declínio do sindicalismo” (RODRIGUES, 2002) conduziria a perda do papel desempenhado por esse movimento nas sociedades modernas, verifica-se uma reformação da ação sindical pautada em temas emergentes da vida social como: gênero, raça e meio ambiente. O intuito da presente pesquisa é, portanto analisar como essa última temática se incorpora a ação sindical da FETAPE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco, e quais os efeitos de sua internalização na prática dessa instituição.

Neste sentido, os anos 1990 do século passado foram marcados por um conjunto de acontecimentos (diminuição do operariado, alteração na organização espacial da produção, aumento de formas atípicas de emprego, redução de direitos sociais) que imprimiram em nossa sociedade as marcas de uma mudança que, no plano internacional, já vinham se configurando com maior dinamismo nas economias mais desenvolvidas. Estas transformações atingiram todas as dimensões da vida social e têm seu epicentro fundado nas repostas encontradas pelo capitalismo a crise que se desenvolve em seu interior a partir dos anos de 1970.

As mudanças no mundo do trabalho, decorrentes da intensificação do uso generalizado das novas tecnologias de microeletrônicas, tiveram seus rebatimentos imediatos não apenas na materialidade do processo produtivo, mas também na subjetividade da classe trabalhadora. Isso ocorreu afetando sua consciência de classe através dos seus órgãos de representação que não se encontravam preparados para as mudanças que atingem o universo fabril e a própria reestruturação das atividades econômicas no campo naquele momento.

As consequências deste novo padrão de acumulação, que afeta a organização dos trabalhadores do campo e da cidade, pode ser visualizada pela fragmentação desta classe no âmbito do universo laborial. Esta fragmentação, por sua vez, se promoveu, com base na complexificação do mercado de trabalho através da sobreexploração da mão-de-obra

por meio, da diversificação atual dessa exploração com: a redução do operariado fabril, a ampliação da terceirização como elemento da desregulamentação dos direitos trabalhistas e, da reengenharia no âmbito das empresas, do trabalho temporário, precário e ainda em tempo parcial.

Em relação à realidade dos trabalhadores na agricultura em Pernambuco ocorreu uma redução no quadro efetivo de trabalhadores empregados na cana, a “crise” do setor sucroalcooleiro e um ostentável incremento na exploração da mão-de-obra no campo. Verifica-se ao mesmo tempo uma de desfiliação sindical e um processo de descrédito da ação dos sindicatos diante do quadro de desemprego.

Esse contexto desembocou na intitulada “crise do sindicalismo”. Nesse debate, alguns autores têm polemizado a questão afirmando, como Rodrigues (2002), que o movimento sindical não se encontrava em crise, mas em declínio devido à redução de filiados e da perda dos espaços conquistados no pós-guerra (p.21). Santana (2002, p.46), no entanto, aponta alguns caminhos nos quais as estratégias de ação sindical têm se conduzido para superação desse declínio.

Uma dessas estratégias tem sido a articulação da ação sindical mediada pela ideia de sustentabilidade que começa a ser definida pela CUT a partir do 4º CONCUT como preparação a ECO 92. A defesa dessa questão se fundamenta na compreensão do trabalhador não apenas enquanto produtor, mas, sobretudo cidadão e entende que ao intervir no processo produtivo, a questão ambiental assume o caráter de uma nova variável fundamental para pensar alternativas econômicas ao modelo de desenvolvimento, seja nos processos de reestruturação e modernização industrial, seja na transformação da estrutura agrária e agrícola (CUT, 2003).

Neste sentido, as novas estratégias de ação voltadas para esta preocupação ganham maior relevância após a Rio 92 que tendo expressado e dado visibilidade as ONGs, possibilitou também a ampliação, discussão e intervenção de outros sujeitos sociais, se fazendo assim, necessário, buscar compreender seus efeitos para a organização dos trabalhadores.

Em 1995, a FETAPE cria a Secretaria de Reforma Agrária, demonstrando claramente uma reorientação em seu foco de luta, passando a atuar em respostas as demandas presentes no contexto de falências das usinas através da pressão por desocupação de terra. Entretanto, a bandeira de luta pela reforma agrária por meio das ocupações de terra não se destituiu por inteiro das tradicionais frentes de luta do

sindicalismo (melhoria salarial, previdência social, etc.). Contudo, nota-se que no contexto de enfraquecimento da mobilização dos trabalhadores rurais, a inserção de novas temática na agenda política do movimento tem permitindo aos sindicatos responder a outras esferas da vida social que não são apenas a salarial.

No tocante as questões socioambientais observa-se que, no caso da FETAPE, vêm sendo tratadas no âmbito de uma nova diretoria intitulada de Políticas Agrária e Meio Ambiente, criada em 1995, em decorrência da política de invasão de terras promovidas pelo movimento. Dos dois eixos nos quais a diretoria estaria responsabilizada, apenas a primeira recebe, neste período, atenção da federação. Entretanto nos anos que se seguem, principalmente a partir de meados da primeira década de 2000, o tema meio ambiente tem se configurado enquanto uma problemática real para a FETAPE.

É, portanto no contexto da incorporação da problemática ambiental pela Federação de Trabalhadores Rurais em Pernambuco que o presente trabalho procura analisar os efeitos desta ambientalização sobre a ação sindical do movimento de trabalhadores rurais em Pernambuco.

Neste sentido, com o propósito de atingir o objetivo proposto, adotamos como estratégia de estudo a pesquisa descritiva qualitativa. Tendo como unidade de análise a FETAPE e foco de estudo os efeitos da ambientalização sobre o discurso e a prática dessa federação.

Para tanto, na coleta de dado nos apoiamos de forma abrangente nos elementos que conferem um caráter qualitativo ao trabalho, levando-se em consideração os depoimentos e documentações coletados. Desta forma, utilizamos como dados primários entrevistas semiestruturadas com líderes sindicais, o corpo administrativo e os militantes da FETAPE. Enquanto que foram considerados dados secundários a produção documental concernente a panfletos, jornais, revistas, relatórios, programas de candidatura de chapas, acordos coletivos, atas de reuniões, pautas de reuniões e documentos definidores das estratégias de ação desta federação em marco temporal de vinte anos.

Desse modo, na primeira fase da investigação se procedeu na revisão da literatura que examinou a questão da crise do sindicalismo no Brasil e a incorporação do debate ambiental à prática deste, com o objetivo de aprofundar a questão central formulada na fase inicial da pesquisa. O segundo momento compreendeu o estudo de campo buscando identificar as práticas sindicais associadas a temas como: desenvolvimento sustentável.

Além dos dados secundários coletados observou-se a identificação da rede de relações (parcerias) estabelecidas pelo movimento sindical quanto ao enfrentamento das questões ambientais em Pernambuco. Nesta direção, constituíram-se fontes de informações de ONGS, secretarias de meio ambiente e os conselhos municipais de desenvolvimento.

Feito isso, a análise dos dados considerou: a) a identificação da incorporação do debate ambiental pelo movimento sindical de trabalhadores rurais; b) o posicionamento e participação do movimento quanto a programas de desenvolvimento sustentável para o estado de Pernambuco; c) O entendimento da questão socioambiental (conflitos, gestão e proposição) expresso em seus documentos oficiais.

Os resultados da pesquisa vêm demonstrando que a intenção de se introduzir nas pautas de discussões a temática relativa às questões ambientais foi bastante incipiente nos anos 1990, pois focalizava apenas a realidade do agricultor familiar como pode ser visualizada nas próprias competências atribuídas a Diretoria de Política Agrária e Meio Ambiente ao elencar como atribuição relativo as questões ambientais o seguinte: *coordenar e complementar as atividades relativas ao meio ambiente, na perspectiva da realidade do produtor em regime de economia família do Estado.*

Esse interesse inicial do movimento de trabalhadores agrícolas de Pernambuco nos faz indagar neste sentido: como os sindicatos têm se posicionado a respeito dos problemas ambientais da região da Zona da Mata Meridional de Pernambuco? Qual a posição da FETAPE frente às propostas das usinas com relação ao meio ambiente, como é o caso do programa cana limpa e das próprias políticas governamentais? Como essa discussão tem sido feita na especificidade dos trabalhadores rurais da monocultura da cana-de-açúcar?

Fica evidente que a prática do sindicalismo rural voltada para o debate ambiental ainda está muito restrita as questões relativas à agricultura familiar. Mesmo se observarmos às preocupações deste sindicalismo associando este tipo de agricultura à questão ambiental envolvendo, por exemplo, as discussões sobre produtos orgânicos, a demanda por muitos destes produtos têm escondido o grau de exploração e desvalorização das populações produtoras por empresas que distribuem seus produtos, dada principalmente pela falta de associativismo dos produtores e dos baixos investimentos públicos nas regiões onde estes residem.

Por sua vez, a introdução de produtos agrícolas orgânicos e os bens materiais produzidos por comunidades “tradicionais” nos circuitos globais de mercadorias têm sido reconhecidos pela importância com que têm possibilitado a revalorização da natureza na medida em que se constroem espaços de produção em ambientes livres de agrotóxicos e de práticas de preservação adequadas (GOODMAN y WATTS *in*: CAVALCANTI, 2003). As afirmações destes autores deixam evidentes o quanto no campo do debate das questões ambientais o sindicalismo rural ainda necessita posicionar-se com maior efetividade e considerar ainda a complexidade de questões que estão sendo postas, como o é a própria valorização do espaço rural a partir da constituição de novos atores sociais, a exemplo dos *neorurais*.

Percebe-se assim, que há no percurso de valorização dos produtos “Orgânicos” produzidos em espaços de agricultura familiar a necessidade de uma certificação para sua melhor inserção nos mercados locais e globais e que requer dos agricultores certa mobilização através do associativismo ou dos sindicatos rurais (em menor escala) que de certa forma ainda não despertaram para a possibilidade orientar tais agricultores sobre informações deste tipo.

## Referências

ALVES, Giovanni. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da “década neoliberal” (1990-2000). **Revista de Sociologia e Política**. Disponível em [www.scielo.br](http://www.scielo.br) 2002. Acessado em 08 de março de 2004.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. El Medio ambiente como objeto de las ciencias sociales: análisis basado en los estudios de la globalización de los sistemas agroalimentarios. In: BENDINI, Mônica, CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa *et. Alii*. **El campo en la sociología actual: una perspectiva latinoamericana**. Buenos Aires: La Colmena, 2003.

CUT – Central Única dos Trabalhadores. **A CUT e o Meio Ambiente – Resoluções de Congressos e Plenárias**. 2003.

LIMA, Maria do Socorro de Abreu e. **Construindo o sindicalismo rural – lutas, partidos, projetos**. Recife: Editora da UFPE: Editora Oito de Março, 2005.

RICCI, Rudá. **Terra de Ninguém: Representação sindical rural no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

RODRIGUES. Leôncio Martins. **Destino do sindicalismo**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTANA, M. Aurélio. **O sindicalismo brasileiro nos anos 1980/2000: do surgimento à orientação.** In: Cadernos Adenauer III, nº. 2. *Sindicalismo e Relações trabalhistas*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, Julho de 2002.